

Exploração sexual afeta 500 mil crianças e adolescentes ao ano no Brasil

‘Eu tinha nojo, queria que terminassem logo’, conta vítima que foi explorada quando tinha apenas 10 anos

(O Globo, 08/09/2019 - acesse no site de origem)

RIO - A história de A., de 13 anos, é um retrato da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Com 10 anos, ela vivia num lar violento em um bairro pobre de uma cidade no interior da Bahia. Não frequentava mais a escola, já usava drogas. Virou presa fácil para homens muito mais velhos que ofereciam dinheiro por sexo.

— Os coroas chegavam e perguntavam assim: “Você quer fazer um bolo para ganhar R\$ 100?” Aí a gente ia para a casa dele. Eu tinha nojo, queria que terminassem logo para ganhar meu dinheiro, ir embora e comprar droga.

Não tinha ajuda de ninguém, nem do próprio pai, que abusou sexualmente dela quando a menina tinha 11.

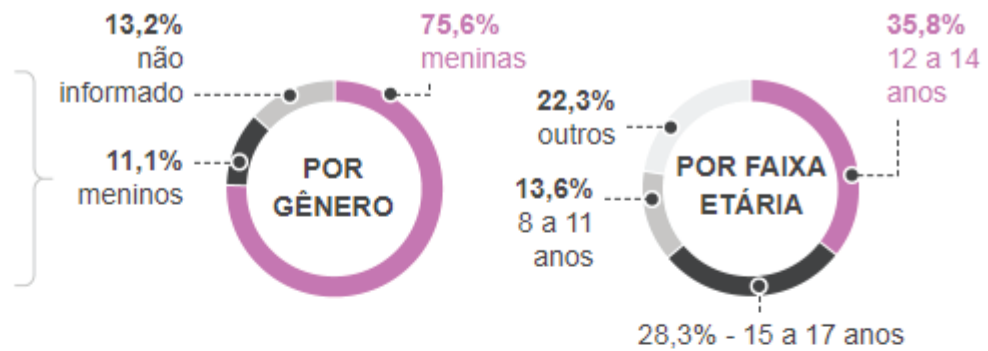
— Mesmo que eu não fosse mais virgem, ele não podia fazer isso comigo porque ele era meu pai.

Com um filho nos braços aos 13, encontrou auxílio numa ONG e hoje vive num abrigo.

Um panorama organizado pelo Instituto Liberta a partir de estudos de organizações da sociedade civil e dados governamentais mostra que o Brasil é o segundo país com maior número de crianças e adolescentes exploradas sexualmente, depois da Tailândia. Calcula-se que haja 500 mil vítimas por ano no país.

Crime invisível

20 mil
casos denunciados
entre 2014 e 2019



Denúncias por estados

Por mil habitantes



Em números absolutos



Faixa etária dos agressores



No turismo

Hotéis e Motéis cobram R\$ 500 por duas horas com meninas e R\$ 4000 se ela for virgem. O perfil da vítima é uma menina negra, pobre, com baixa escolaridade e vinda de áreas rurais.



Nas estradas

A cada 26,7 km há um ponto de exploração sexual infantil (Polícia Rodoviária Federal). Há casos de menores oferecendo os corpos por até R\$ 2



Em canteiros de obras

57% dos trabalhadores em canteiros de obras em 5 estados sabem que crianças e adolescentes são exploradas sexualmente nas proximidades. 25% deles admitiram ter tido relações sexuais com menores

Fonte: Disque 100, Ministério do Turismo, Childhood, Child Protection Center e relatório Down to Zero Baseline

Não há dados oficiais que dimensionem o problema; os mais usados vêm do Disque 100, serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que acolhe

denúncias, mas especialistas dizem que só 7,5% dos casos são denunciados. As razões são várias: havia longa espera para denunciar, a pessoa tem dúvida sobre a idade da vítima e, o mais grave, a sociedade ainda é muito tolerante com esse crime.

— Como é uma situação comercial, imaginam uma aquiescência das meninas. “Ela tá ali porque quer e até está sendo paga” — diz a gerente da ONG Plan International Viviana Santiago. — As pessoas querem proteger a infância, mas a adolescência já não é vista como uma etapa de desenvolvimento, são miniadultos. A sociedade não reconhece o problema.

A especialista reforça que é preciso entender que “elas não são profissionais do sexo, porque uma adolescente e uma criança não têm capacidade de tomar essa decisão”. O efeito dessa exploração impacta no seu futuro.

— Elas passam a ser tratadas como cidadãs de segunda categoria e ficam de fora das políticas sociais e estruturas familiares. Perdem o direito de viver essa fase da vida. São colocadas à margem da compaixão e de todo sentimento de um ser humano por outro.

Segundo Santiago, essas garotas — ao menos 75% das vítimas são meninas e, em sua maioria, negras— sofrem espancamentos, são estupradas, enroladas em dívidas, iniciadas no consumo de álcool e drogas, e pegam doenças, pois não conseguem negociar o uso de preservativos.

Especialistas destacam a diferença entre exploração e abuso: ambos são violências sexuais, mas na exploração há uma troca mercantil.

— Quando se fala de abuso, existe um imaginário que causa indignação, mas quando essa mesma menina de 12 anos está de shortinho na esquina, vira “só” uma prostituta — diz a presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer.

Prevenção e Punição

A legislação brasileira classifica relação sexual com menor de 14 anos como estupro de vulnerável, com pena de 8 a 15 anos de reclusão. Se a vítima tiver entre 14 e 18 anos e o sexo envolver troca mercantil, o crime é de exploração sexual, com pena de 4 a 10 anos de prisão para quem teve a relação; intermediários dessa prática, como um agenciador ou o dono de um local que o favoreça, também são punidos.

As especialistas dizem que as políticas de combate a esse crime no país continuam muito desarticuladas.

— A resposta pressupõe uma política pública fortalecida num país que vive um congelamento de gastos. Existe um posicionamento do governo de desmantelamento da sociedade civil e hoje uma parte significativa do trabalho é feita por ela — diz Viviana Santiago.

A Childhood Brasil, por exemplo, atua na região Norte, entre outras, conscientizando capitães e pilotos de barco.

— Tem mãe que quer jogar uma criancinha dentro do barco para os homens fazerem sexo e darem dinheiro. Tem cidades no Pará em que levam as meninas arrumadinhas para a praça para mostrar para trabalhadores temporários de obras — afirma Eva Dengler, gerente da Childhood. — Esses homens têm família, então trazemos para eles essa discussão: ‘Vamos olhar para elas como olhamos para nossos filhos’.

Temer diz que é um equívoco achar que a exploração só acontece no Norte e no Nordeste. O que muda é a forma como ocorre. Relações com traficantes em troca de bens ou aplicativos tipo “sugar daddy” são exemplos.

— É preciso fazer um trabalho de reconhecimento das violências com as próprias garotas.

O MMFDH informa que adota políticas para proteção dessas crianças, como reformulação do Disque 100 e equipagem e capacitação dos Conselhos Tutelares.

Por Constança Tatsch

TJSP renova acordo com Childhood para preservar crianças vítimas de violência

O Tribunal de Justiça de São Paulo renovou hoje (9) o acordo de cooperação com a organização não governamental Childhood Brasil para ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, com foco no uso do depoimento especial pelo Judiciário.

[\(Agência Brasil - 09/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Leia também: [Rainha da Suécia elogia papel do Brasil na proteção da infância \(UOL - 09/11/2018\)](#)

“É o projeto de atuação dos tribunais de Justiça brasileiros, no sentido de dar um apoio, uma formação, para que as crianças que foram vítimas de violência sejam escutadas de forma adequada, preservando-as de uma revitimização ao se recordar do abuso”, disse o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli.

O projeto começou em 2009 no estado de São Paulo e resultou na aprovação da Lei 13.431/2017, que normatiza mecanismos para prevenir a violência contra menores, assim como estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos.

Segundo a lei, as crianças vítimas ou testemunhas de violência devem ser ouvidas em local apropriado e acolhedor, com escuta especializada. Quando a criança ou adolescente é ouvido perante a autoridade judicial ou policial, o depoimento será intermediado por profissionais especializados, que esclarecerão à criança os seus direitos e como será conduzida a entrevista, com preservação da intimidade e da privacidade.

“São Paulo vai cumprir o seu dever sob o comando da Suprema Corte brasileira. Estamos juntos para cuidar das nossas crianças, notadamente aquelas que sofreram violência sexual. O depoimento especial, a proteção que dele advém, já está implementado no estado e será mais concretizado na medida em que terminarmos o projeto”, disse o presidente do Tribunal de

Justiça de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças.

World Childhood

A rainha da Suécia, Sílvia Renata Sommerlath, fundadora e presidente honorária da World Childhood Foundation, à qual a organização brasileira Childhood Brasil faz parte, lembrou que “foi aqui no Brasil a terceira conferência mundial contra a tráfico sexual de crianças, um gesto corajoso e importante para o mundo inteiro. O nome do Brasil tem uma força internacional, que estou muito orgulhosa”.

A parceria internacional não inclui repasse de recursos financeiros, apenas de estudos e cursos de capacitação e assessoria técnica para execução dos projetos de depoimento especial.

Por Fernanda Cruz - Repórter da Agência Brasil São Paulo

Campanha nacional combate exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil

Com a participação da apresentadora Xuxa Meneghel, ação foi criada pela agência Cucumber Propaganda para o Instituto Liberta, a Childhood Brasil e a Fundação Abrinq. O Instituto Liberta, a Childhood Brasil, e a Fundação Abrinq se unem para o lançamento de campanha publicitária com o objetivo de propor uma nova abordagem para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Criada pela Cucumber Propaganda, a ação conta com o apoio e parceria dos maiores veículos de comunicação do Brasil para ampla cobertura na mídia nacional. Intitulada ‘Números’, a campanha tem a apresentadora Xuxa Meneghel como uma das embaixadoras da causa e locutora do filme.

[\(Portal da Propaganda, 30/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A proposta é evidenciar dados relativos ao problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no país, a fim de provocar um choque de consciência na sociedade, gerando engajamento e ação imediata, bem como ampliar a quantidade de denúncias pelo telefone, por meio do canal ‘Disque 100’. “É assustador encarar a gravidade do problema e as pessoas tendem a ignorá-lo. É uma grande responsabilidade educar a população de maneira acessível e ao mesmo tempo informativa. Nossa intenção é sensibilizar a nação e estimulá-la a reagir”, afirma Sophie Wajngarten, sócia-diretora da Cucumber Propaganda, que desenvolveu a campanha publicitária.

O Instituto Liberta é uma organização não governamental (ONG) idealizada pelo empresário e filantropo Elie Horn, fundador da Construtora Cyrela Brazil Realty, conhecido por doar 60% de seu patrimônio pessoal para causas sociais dentro do programa The Giving Pledge, fundado por Bill Gates e Warren Buffett. O filantropo delegou a missão para o empresário e advogado Fabio Wajngarten, que foi o responsável por reunir parceiros de marketing e mídia estratégicos para o sucesso da causa “O ser humano, obrigatoriamente, deveria se preocupar com servir, respeitar e cuidar do próximo” afirma Fabio. A ONG tem como foco o combate da

exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e irá iniciar essa luta impulsionando a discussão e a conscientização sobre o tema, “Ninguém tem coragem de dizer não para este assunto e há destinos que podemos mudar”, diz Elie Horn.

A iniciativa também pretende aprimorar a legislação correlata a questão. “Nossa missão é manter o assunto em pauta pelos próximos dez anos, ampliando o alcance da mensagem para cada perfil de público, inclusive para que sejam criadas leis mais específicas e abrangentes sobre o tema”, explica Miriam Lefevre Lewensztajn, sócia-fundadora da Cucumber.

Professora Doutora em Direito pela PUC-SP, Luciana Temer preside o Instituto Liberta. Ela tem ampla experiência no assunto. Foi Delegada de Polícia, Secretária da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo e Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do município de São Paulo. Luciana acredita que “é fundamental jogar luz sobre esta questão. “Conhecer e enfrentar o problema é o primeiro passo para vencê-lo”, afirma.

A campanha já foi testada e otimizada de forma ‘pro bono’ pela Nielsen Consumer Neuroscience Brasil. “A execução da campanha manteve o engajando das pessoas, sendo memorável e favorecendo uma atitude ativa de colaboração frente ao tema”, afirma Janaína Brizante, diretora de neurociência da Nielsen.

FICHA TÉCNICA

Anunciante: Instituto Liberta

Produto: Institucional

Agência: Cucumber Propaganda

Título: Números

Atendimento e Planejamento: Sophie Wajngarten e Miriam Lefevre

Criação e Redação: Ana Castelo Branco e Denise Bacellar

Fotógrafo: Marcos Lopes

Produção/Filme: Vapt Filmes

Direção/Filme: Mauricio Eça

Coordenação de produção: Ana Paula Domingues

Direção/Fotografia: Scalante

Atendimento produtora: Silvana Princival e Krika Buto

Produtora de Som: Technologica

Locução: Xuxa Meneghel

Aprovação do cliente: Instituto Liberta

[Por um Estado protetor, por Rodrigo Santini](#)

(El País, 11/07/2016) É importante que o Estado seja um grande exemplo ao receber a pessoa que foi abusada sexualmente como vítima, não colocando sobre ela a culpa do ato

O caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro a uma adolescente impulsionou um debate sobre uma violência nada nova, ultrajante, que geralmente fica sob às sombras e, muitas vezes, sem a responsabilização do agressor. Sabemos que a violência cometida contra essa adolescente é diária, silenciosa e acontece em todos os níveis sociais e nos mais variados locais. O estupro é cotidiano.

A violência contra a mulher é parte de uma cultura onde todas as meninas, adolescentes e mulheres devem estar à disposição de quem “manda”. É parte de uma sociedade estruturada numa cultura patriarcal, machista, na qual precisa ser desenvolvida uma nova concepção de masculinidade.

Mas ela não acontece só - o que já seria muito - nos morros do Rio de Janeiro. Ela está aqui, ao nosso lado e encontra uma série de mantos culturais onde esconder-se. Era a saia que estava curta demais. O suposto consentimento de uma garota sob o efeito do álcool, que mal podia dizer “não”. A “novinha” que, por já ter corpo de mulher, certamente já “está à disposição”. A filha que, por não “se portar bem” acabou estimulando o pai. Sob os olhos de muitos, tais “justificativas” isentam o agressor.

Para aumentar ainda mais o nosso espanto, como se isso já não fosse suficiente, segundo dados do Dossiê Mulher publicado em junho, 62,2% das vítimas de violência sexual no estado do Rio de Janeiro, registrados em 2015, têm até 17 anos. Em 30,7% das ocorrências, elas tinham até 11 anos. Essa, que é uma fase tão essencial para o desenvolvimento de uma vida plena e saudável, pode ser colocada em cheque num piscar de olhos de toda uma sociedade que prefere não ver e aceitar essa violência. Assim como no Rio de Janeiro, nos outros estados do país a situação é parecida. Um cenário ainda mais estarrecedor se considerarmos a grande subnotificação que há nas denúncias de crime de violência sexual.

Sabemos que para quebrar esse ciclo é necessário mais do que a denúncia da vítima, a começar pelo apoio do Estado. É importante que ele seja um grande exemplo ao receber essa pessoa como vítima, não colocando sobre ela a culpa do ato. Porque acreditamos em um Estado que protege e interrompe o ciclo da violência.

Acreditamos que parte desta transformação pode - e deve - ser alterada para melhor nos próximos dias, quando o Congresso Nacional votar o Projeto de Lei 3792/2015, apresentado pela Frente Parlamentar de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e que já conta com o apoio de diversas associações e redes atuantes na área. Desde o dia 7 de junho o PL está em regime de urgência para ir ao Plenário na Câmara dos Deputados. Entre os pontos inovadores do projeto destaca-se a necessidade de evitar que crianças e adolescentes vítimas de violência física, sexual ou psicológica sofram com o excesso de exposição à situação que às vitimou. Atualmente, não bastasse a violência sofrida, a vítima é obrigada a contar inúmeras vezes o fato ocorrido, seja nos Conselhos Tutelares ou na delegacia de polícia, um processo torturante que só amplia a dor sentida.

O projeto de lei também estabelece um pacto e protocolo no qual cada serviço compreenda o seu papel no atendimento da vítima. Ao médico não deve interessar se o agressor foi o avô ou o tio. Ao conselheiro tutelar não se deve mostrar o corpo desnudo, para indicar marcas da violência. Ao policial, não devem interessar - nem devem ser julgadas - as práticas sexuais consentidas dessa vítima.

Não é aceitável, sob hipótese alguma, que o ambiente institucional do Estado dê sequência ao crime cometido na rua ou entre quatro paredes. Pelo contrário: a delegacia de polícia ou o

órgão de saúde deve ser o início de uma recuperação terapêutica e da consequente responsabilização do agressor. A estrutura do Estado deve ser o local onde a vítima se sinta protegida e acolhida, e não novamente violentada.

Infelizmente, não é o que acontece hoje. Pode-se chegar numa delegacia e haver ali um delegado sensível, afável, que de fato escute a pessoa de maneira respeitosa e interessada. Mas pode também haver ali um delegado que logo desacredita da denúncia ou faz pouco caso sem sequer investigar, e que por fim desconfia da vítima e a torna culpada do próprio mal sofrido. A mudança é brutal e não pode depender da sorte e do acaso.

É diante deste quadro que a Câmara dos Deputados tem a oportunidade histórica de aprovar o Projeto de Lei 3792/2015 e dar um passo importante para o início de um outro modo do Estado brasileiro atender as crianças e adolescentes vítimas de violência. Porque o Estado não pode ser também um violador de direitos, mas aquele que acolhe e protege as vítimas de violências que não afetam só o corpo, mas também ferem a alma.

Rodrigo Santini é diretor Executivo da Childhood Brasil, organização parte da World Childhood Foundation que trabalha pelo enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes no país.

Acesse no site de origem: [Por um Estado protetor, por Rodrigo Santini \(El País, 11/07/2016\)](#)